

Antônio Rolim de Moura: Um Ilustrado na Capitania de Mato Grosso

Loiva Canova¹

Resumo

A proposta desse artigo é apresentar algumas informações sobre a história da administração de Antônio Rolim de Moura na Capitania de Mato Grosso, dada entre os anos de 1751 e 1764. Com o enfoque sobre o viver na Vila-Capital, fundada às margens do rio Guaporé, no ano de 1752. A região do Mato Grosso, conhecida pelos colonizadores desde início dos anos trinta do setecentos, no vale do Guaporé, constituiu em uma nova frente de colonização, que determinou uma política de ocupação portuguesa na bacia daquele rio. Na margem direita do rio, Antônio Rolim de Moura, em 1752, fundou Vila Bela da Santíssima Trindade. Estas terras integrariam um espaço de fronteira, ainda indefinida, entre as possessões espanholas e lusitanas na América, o que levou o Conselho Ultramarino português a fazer da Capitania de Mato Grosso o antemural da colônia. Rolim de Moura foi um dos responsáveis pela demarcação da fronteira amazônica, estimulou a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e foi um dos executores das políticas que redesenharam a fronteira Oeste da Amazônia. É nesse contexto de enfrentamento como administrador de extensa área do extremo oeste colonial e chefe da comissão portuguesa de limites com os territórios espanhóis que Rolim de Moura governou o Mato Grosso. Antônio Rolim de Moura foi cuidadosamente escolhido. Homem culto, gozando de prestígio junto à administração portuguesa pelos laços de parentesco com a casa de Bragança, serviu com presteza às ordens da rainha de Portugal, em margens *bastantemente dilatada* do império português. Foi governador da Bahia e também segundo Vice-Rei do Brasil. Depois de permanecer na colônia americana por mais de duas décadas, retorna a Portugal e lá falece em 8 de dezembro do ano de 1782.

Palavras-chave: Antônio Rolim de Moura; Mato Grosso; Vila Bela da Santíssima Trindade.

Abstract

The proposal of this article is to present some information about the history of Antônio Rolim de Moura's administration of Mato Grosso's Captaincy, that happened from 1751 to 1764. With the focus on the life at a Capital-Vile, grounded by the margins of Guaporé River, at 1752. Mato Grosso region, known by the colonists since the beginning of 1730, on Guaporé Ville, constituted into a new colonization front, that determined a politic of Portuguese occupation near that river. On the right shore of the river, Antônio Rolim de Moura, in 1752, founded Vila Bela da Santíssima Trindade. These lands would be part of a frontier space, still indefinite, between Spanish and Portuguese possessions in America, what made the Portuguese Overseas Admonition make Mato Grosso's Captaincy the defense of the colony. Rolim de Moura was one of the responsible by the Amazon frontier demarcation, stimulated the creation of the Grão-Pará and Maranhão General Company. It is in this coping context as an administrator of a large area of the extreme colonial west and

1 Doutoranda pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso/FAPEMAT.

chief of the Portuguese committee of limits with Spanish territories that Rolim de Moura governed the Mato Grosso. Antônio Rolim de Moura was carefully chose. A cultured man, enjoying the prestige by the Portuguese administration by the kinship link with the Bragança's House, served with promptitude the Portugal Queen's orders, in very dilated margins of the Portuguese empire. Was Bahia's governor and also the second Vice-King of Brazil. After remaining for two decades in the American colony, returns to Brazil and there dies in December 8, 1782.

Keywords: Antônio Rolim de Moura; Mato Grosso; Vila Bela da Santíssima Trindade.

O contexto das minas do Cuiabá e do Mato Grosso

Desde o início do século XVII, vários grupos de sertanistas provenientes de São Paulo iam para as terras mato-grossenses incumbidos do exercício da preação de índios. Nessas viagens, nas primeiras duas décadas do século XVIII, as terras ao oeste do Brasil começam a ser efetivamente devassadas e povoadas pelas ações dos sertanistas. Inseridas no contexto monçoeiro, Sérgio Buarque de Holanda explica que essa história, a das monções, “princípios a aparecer” quando as bandeiras já entravam em declínio e, “aparecem servidas por instrumentos diferentes, guiadas por métodos próprios e movidas até certo ponto por uma nova geração de homens².”

Em 1719, Paschoal Moreira Cabral descobriu ouro junto a um afluente do rio Cuiabá, chamado de Coxipó-Mirim. Ele e sua expedição andavam atrás da preação de índios da região. Nesse lugar, o alvo eram especialmente os Coxiponés. Passados três anos, as minas do Cuiabá entram nesse cenário, a partir de 1722, quando o ouro é encontrado à flor da terra pelo sertanista Miguel Sutil.

Foi no esforço para fundar a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá que Rodrigo César de Meneses, no ano de 1726, aplicou todo “cuidado, indústria, e com despesas” de seus soldos investiu no envio de “muitos moradores” de São Paulo para aquelas terras, com objetivo de produzirem mantimentos. Porque de muito precisava ser dilatada a fronteira naqueles “desertos indecisos pela linha imaginária”³. De início foi chamada pelos oficiais da coroa portuguesa de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e ganhou essa condição ainda nos anos vinte do setecentos.

2 Sérgio Buarque de Holanda assim define *monções*: “Qualquer das expedições que desciam e subiam rios das capitânias de São Paulo e Mato Grosso, nos séculos XVIII e XIX.” (HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 43 e ss).

3 PARECER do Conselho Ultramarino enviado por Rodrigo César de Meneses. Lisboa Ocidental, em 8 de janeiro de 1732. Micro-ficha 06, doc.80/AHU. NDHR/UFMT.

Na monção de 1726, em que viajou Rodrigo César de Menezes, chegaram ao porto do rio Cuiabá cerca de três mil pessoas, entre negros e brancos, num comboio com mais de 300 canoas. Menezes significou o símbolo da rígida administração metropolitana, sentida, sobretudo na região das minas novas. Foi responsável pela elevação do arraial à categoria de Vila e nela administrou a Câmara, estabeleceu o fisco, aparelhou a burocracia, levantou o Pelourinho, tomou casas para o Senado da Câmara e nomeou Ouvidor⁴. Lembrando que o arraial ficou inicialmente sob administração da Capitania de São Paulo, que depois foi desmembrada da Capitania de Minas Gerais, no ano de 1748.

Com as descobertas do ouro, esse lugar tão distante foi devidamente repovoado por gente de várias localidades. Além daquelas vindas de São Paulo, vieram também de Minas, a das Gerais e dos Goiasés. Na primeira Vila, no centro da América do Sul, homens e mulheres trataram de aparelhar o lugar, com produção agrícola, criações e vários outros afazeres que se apresentam num cotidiano de Vila. Construíram casas, quintais, levantaram capela com a madeira, o barro, a taipa de pilão e alvenaria, material usado pela população moradora da Vila. Segundo Holanda, no ano de 1727 havia ali dois mil e seiscentos negros e índios labutando nas lavras de ouro⁵.

Mas o ouro desse lugar escasseou em menos de uma década, e as minas tão famosas se tornaram pouco atrativas. As dificuldades daí advindas suscitaram o anseio de novos achados. Por esse motivo, houve o deslocamento de muitos mineradores para o oeste da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e essas mais novas minas foram encontradas nos ribeirões Sararé e Galera, afluentes do rio Guaporé⁶.

No espaço de poder do estado Absolutista, o Governador-General é o chefe supremo da administração capitania, com função essencialmente militar, mas também é o chefe da administração em geral, com poderes limitados pela vigilância da metrópole e pela ação administrativa de

4 CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, INL, 1969, p. 205.

5 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. *Op.cit.*, p. 55 e sobre a história da vila no mais interior da América do Sul, ver: ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808)*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, p. 63 e ss.

6 VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819*. São Paulo: HUCITEC, Brasília, DF: INL, 1987, p. 31 e CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá : EdUFMT, 2004 p. 70 e ss.

outros agentes régios⁷. Dessa forma a região do Mato Grosso, no vale do Guaporé, constituiu em uma nova frente de colonização, na bacia daquele rio, em direção à Amazônia.

As minas do Mato Grosso e o rio Guaporé passaram a assumir papel político de interesse crucial para a Metrópole, que se apressou em criar uma capitania para administrar de perto os interesses da Coroa. Assim, em 1748, D. João V cria a Capitania de Mato Grosso e ordena o estabelecimento de sua capital às margens do Guaporé. A fim de administrar de perto essa região promissora, D. Maria Ana d'Áustria, mulher de D. João V, nomeou Antônio Rolim de Moura, por decreto de 26 de julho de 1748⁸, governador da Capitania de Mato Grosso.

A consolidação da colonização, através da fundação da Vila-Capital na fronteira do Guaporé, empregou à Coroa Portuguesa uma significativa máquina jurídico-administrativa e diplomática para fundamentar uma geopolítica de ocupação territorial que lhe garantisse a fixação, cujo prólogo foi a criação da Capitania de Mato Grosso⁹. Estas terras se integrariam, como espaço de fronteira, ainda indefinida, entre as possessões espanholas e lusitanas na América, o que levou o Conselho Ultramarino português a determinar que se fizesse da Capitania de Mato Grosso o antemural da colônia¹⁰.

O contexto do objeto

O século XVIII teve a marca do Iluminismo e foi quando a Coroa Portuguesa buscou um controle mais estreito das colônias. Nesse projeto de austeridade administrativa e econômica, Portugal tinha a intenção de resolver sua crise que se arrastava por anos. A coroa portuguesa passou, então, a promover uma política de expansão e de planejamento urbano em suas colônias.

7 AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa do Brasil: a administração pombalina*. 2 ed. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público – FUNCEP/Ed. Universidade de Brasília, 1983, p. 54.

8 INSTRUÇÕES dadas pela Rainha D. Mariana D'Áustria, mulher de D. João V, ao governador da Nova Capitania de Mato Grosso Dom Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. In: Marcos Carneiro de Mendonça (org). *A Amazônia na Era Pombalina, correspondência inédita do Governador General Francisco Xavier de Mendonça Furtado 1751-1759*. 2 v. 1. ed. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 55.

9 SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de Cores (Política de Povoamento e população na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII)*. Cuiabá: EdUFMT, 1995, p. 50.

10 VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Op. Cit.*, p. 29 e ss.

A maior parte dos anos de governo de Antônio Rolim de Moura em Mato Grosso está inserida nessa ação político-administrativa, chamada de despotismo esclarecido, do período pombalino. Sendo este um processo de restauração, fortalecimento, organização e adequação à época do Estado português.

Vale explicar que o pombalismo foi termo empregado para caracterizar o pensamento e as ações políticas e administrativas do secretário de Estado dos Negócios do Reino de D. José I, que foi Sebastião José de Carvalho e Melo¹¹.

Assim, nesse contexto de ações voltadas à expansão dos domínios econômicos e políticos da Coroa, o governador do Mato Grosso muda o quadro fronteiriço da região, com o incremento de novas minas e a chegada de milhares de pessoas em busca das riquezas minerais.

A distensão espacial da Colônia atingiu, então, o máximo, esbarrando nas Missões espanholas e nas demais partes dos limites territoriais entre espanhóis e portugueses. O apelo da Coroa para que a região não fosse abandonada foi atendido. A rainha colocou as instruções governativas ao governador da Capitania de Mato Grosso, Rolim de Moura, e propôs uma série de estratégias e de atitudes a fim de se criar uma capitania geral com o nome de Mato Grosso.

Nas instruções governativas em 1749, a rainha Dona Maria Ana de Áustria diz: *Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave do propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru....* Com isso, ela incumbe D. Antônio Rolim de Moura de construir uma Vila-Capital que plantasse definitivamente as bases do domínio português sobre o novo território do Extremo Oeste¹², articulando o comércio com a Metrópole e assegurando a posse da região mais indefinida de toda a colônia.

11 SANTOS, Antônio César de Almeida. *Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas: um estudo sobre a política urbanística pombalina*. Curitiba, 1999. Tese (Doutorado em História). Coordenação dos Cursos de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, p.30 e ss.

12 Por Extremo Oeste entendemos a região mais ocidental do Estado do Brasil, em meados do século XVIII, isto é, aquele espaço geográfico do Oeste compreendido pela Capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso, de limites maldefinidos à época. Era a região delimitada pelos rios Madeira, Guaporé, Paraguai e afluentes contravertentes deste e do Rio Grande (Paraná), até o Grande Salto (Sete Quedas). O Rio Paraná era o divisor da nova Capitania de São Paulo, enquanto outro Rio Grande (Araguaia) separaria as Capitânicas de Goiás e Mato Grosso, caso fossem confirmadas as circunscrições administrativas. Para mais informações conferir: CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 13.

Destaque-se, também, que o Brasil não se constituía uma unidade para os efeitos da administração metropolitana, mas um conjunto de capitanias. Para a administração geral de todo o império português havia o Conselho Ultramarino, subordinado ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Pelo Conselho transitavam todos os negócios da colônia.

Observamos que a Capitania de Mato Grosso estava sob a administração do Estado do Brasil. No entanto, quando o primeiro Governador assumiu sua função, a relação política, econômica e administrativa se fez mais estreita com o Governador Estado do Grão-Pará e Maranhão. Explicada pelos motivos da confiabilidade de construir a fronteira, missão que vinha dos mandos de Portugal, para os governadores da região amazônica.

Quem foi Antônio Rolim de Moura?

O primeiro governador da Capitania de Mato Grosso nasceu na Vila de Moura, no Baixo Alentejo, no ano de 1709. Foi seu pai D. Nuno de Mendonça, IV Conde de Val de Reis, senhor de Póvoa e de Meadas, Comendador e Alcaide-Mor das Comendas e Alcaidarias. Sua mãe foi D. Leonor de Noronha, filha do I Marquês de Angeja, D. Pedro de Noronha. Por linha de varonia, vinha da família *antiquíssima* e *nobilíssima* dos Mendonças, apesar de não ter usado o nome, por sucessão à casa dos Azambujas, por ter o último varão renunciado o nome da família.

Desde cedo, o futuro Governador de Mato Grosso foi dado aos estudos. Aplicado *nas Filosofias*, leitor dos escritos bíblicos e teológicos, das *Matemáticas puras*, *Ciências* e *Artes* mais úteis. E ainda, estudou os princípios da *Mecânica*, *Estática*, *Hidráulica*, *Marinha*, *Pilotagem* e *Fortificação*. Era aplicado às leituras da História Universal e da História de Portugal e se aperfeiçoara na arte da Retórica¹³.

Ao tratar das qualidades políticas do futuro governador, o rei Dom João V deixa em seu parecer considerações sobre *suas qualidades, merecimentos e serviços que concorrem na pessoa de D. Antônio Rolim de Moura, e a que dará inteira satisfação a tudo, o que lhe for encarregado* e escreve com o fim

13 Para mais informações sobre a vida de Antônio Rolim de Moura, Cf. MOURA, Carlos Francisco. *Dom Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; biografia*. Cuiabá, UFMT – Imprensa Universitária, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos – Série : Capitães - Gerais, 1).

de nomeá-lo para a tão nobre função: *Hey por bem nomeallo Governador, e Capitão General da Capitania do Mato Grosso por tempo de três annos*¹⁴.

Assim fez o nobre Rolim, obedeceu às ordens reais como bom vasalo português. Embarcou em Lisboa em fevereiro de 1749 e dois meses depois chegou a Pernambuco. Dali, em junho, segue ao Rio de Janeiro. Só no início do ano seguinte, dirige-se a São Paulo e depois a Cuiabá.

Nesse trajeto, permaneceu na região de Cuiabá *por quase todo ao ano de 1751 – de janeiro a princípio de novembro – se inteirando dos problemas da Capitania e tomando as primeiras providências administrativas*. A 03 de novembro de 1751, D. Antônio Rolim de Moura partiu para as minas ao norte de Mato Grosso. A 07 de dezembro chegou ao Guaporé, e no dia 14 do mesmo mês estava no sítio de Pouso Alegre, o lugar em que seria fundada a futura Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira Vila-Capital de Mato Grosso, erigida a essa condição, em 19 de março de 1752, na margem direita do Guaporé¹⁵.

Nesse dia de festividade cristã, o do Patriarca São José, Rolim de Moura fundou a cabeça de governo na fronteira, lugar mais próximo do Guaporé e entre os seus dois principais afluentes (Saráre e Galera) e sua escolha, o sítio de Pouso Alegre. Para mais esclarecimentos sobre a escolha da data de fundação da Vila, lemos os ensinamentos do historiador João Antonio Botelho Lucídio, que assim esclarece: *O conhecimento popular acredita que o dia 19 de março, início da primavera no hemisfério norte e final do verão no hemisfério sul, é o período de maior enchente nos rios abaixo da linha do Equador. Se os rios não encherem até esta data não encherão mais, naquele ano*¹⁶.

A Vila-Capital foi erigida em terreno alagadiço, pois o rio Guaporé costumava derramar água em tempos de cheia. Porém, o lugar foi estrategicamente pensado e sua edificação consolidou o início da ocupação lusitana no extremo oeste da América portuguesa.

Ali, em Vila Bela, passou a administrar a Capitania e muito se correspondeu com os seus superiores. Nos seus escritos mostrou sua

14 DECRETO de D. João V em que nomeia Antônio Rolim de Moura Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso. Lisboa, 26 de julho de 1748. Caixa 4, doc. n.º 237-Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate.

15 MOURA, Carlos Francisco. *Op. cit.*, p. 6 e ss.

16 LÚCIDIO, João Antônio Botelho. *A Vila Bela e a ocupação Portuguesa no Guaporé no século XVII*. Projeto Fronteira Ocidental. Arqueologia e História – Vila Bela da Santíssima Trindade. Relatório Final-História. Fase 2 – março de 2004. O Termo do Mato Grosso: Distrito do Cuiabá, Capitania de São Paulo e a Vila Bela da Santíssima Trindade e a conquista de terras no Vale do Guaporé. (Manuscrito), p.45.

insatisfação com as agruras do lugar e deixou impressões sobre o ambiente e suas mais categóricas queixas, que nos serviram para elaborar um primeiro exercício, na compreensão do sentido da sua presença num núcleo colonial lusitano no século XVIII.

O existir em Vila Bela da Santíssima Trindade

Vila Bela da Santíssima Trindade, hoje município, limita-se ao norte com o município de Aripuanã, a leste com os municípios de Diamantino, Tangará da Serra, Pontes e Lacerda e Cáceres, ao sul com a Bolívia e ao oeste com Rondônia. Integra a microrregião do Alto Guaporé-Jauru. O sistema hidrográfico do município está vinculado à bacia Amazônica, destacam-se os rios Guaporé e o Juruena.

A edificação da Vila nesse lugar justificou-se pela vizinhança com os espanhóis. O sítio da Vila representava a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru. Assim, o sítio desta vila deveria especialmente corresponder a este fim, ainda que ali resultasse alguns incômodos aos moradores. Por esse motivo, Rolim escolheu o sítio de Pouso Alegre, um lugar que para ele correspondia às instruções da Rainha, ou seja, fundar vila na borda do rio Guaporé ou de outro rio navegável.

A Vila no princípio era apenas sinalizada a um tronco de piúva, servindo de pelourinho. Fincado no meio do descampado, apresentava-se como um marco da futura praça. Rolim de Moura aguardou até o dia de São José, para constatar o nível da cheia do rio e fundou, enfim, Vila Bela, convocando autoridades, homens bons e o povo para levantarem o pelourinho¹⁷. Antes de sua vinda, ali se achava apenas uns ranchinhos construídos no barranco do rio, lugar onde os pescadores faziam seus postos quando vinham às pescarias. Entretanto, passados cinco anos, observa-se certo crescimento.

Na borda do rio se fez a capela de palhoça. Já no primeiro ano foi destruída pela força das águas, quando o rio Guaporé saiu de sua *madre* e arruinou aquela que seria a primeira capela da Vila-Capital. Foi então que Rolim obrigou-se a edificar outra, *essa construída na praça principal a custa da Real Fazenda, porque para fazê-la a despesa só do povo da vila seria en-*

17 CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Op. cit., p. 323

*cargo demasiado, além de afugentá-lo, ao mesmo tempo em que se tentava por todos os meios e empenho, atraí-lo para o Guaporé*¹⁸.

A estrutura da Vila aumentou e em torno da praça central distribuíam-se os edifícios públicos, tais como a matriz, a Casa da Câmara, a Cadeia, a Casa de Fundação, a Real Fazenda. A Igreja da Matriz abrigava duas capelas, a de Santo Antonio e a Nossa Senhora Mãe dos Homens¹⁹.

Nos cinco primeiros anos de investimento na capital foram construídas *trinta e quatro casas cobertas de telhas e outras trinta mais ou menos cobertas de capim*. Na vila e nos arredores, existiam *vinte e tantas roças entre grandes e pequenas*. As pessoas de confissão, segundo contagem feita pelo vigário, chegavam a setecentas, *“pessoas de todas as qualidades”*. Nos arredores da Vila se achavam vários engenhos de farinha de milho, mandioca, açúcar, aguardente, melados, *“com o que vai se aprofundando as raízes da vila”*, segundo observações do governador. Outro dado significativo sobre a região foi a criação de bovinos e de carneiros, que também se avolumava significativamente²⁰.

O primeiro dado quantitativo da população dos arraiais das minas do Mato Grosso data de 1752. Nesse ano, a população era de 2.227 almas, das quais 1.175 escravas. Os 1.052 livres eram em sua maioria mulatos, bastardos e forros, além de índios e brancos. Não chegavam os brancos a 70, dos quais só sete eram casados²¹.

As tentativas de buscar conforto na Vila Bela da Santíssima Trindade passavam por várias aspirações. Rolim de Moura apresenta a falta da farinha de trigo, produto que não existia nem para o feitiço das hóstias, e com certa frequência faltava também o vinho para a celebração das missas, motivo que, segundo o governador, fazia cessar o ritual católico.

Durante as doenças, Antônio Rolim de Moura passava suas dietas à custa de farinha de mandioca, toucinho e feijão, quando por ventura dispunha desses gêneros. O sal também era outro produto que, com recorrência, fazia falta para o tempero e a preservação das carnes. Os

18 LIVRO de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos. Governo de Antônio Rolim de Moura. 1º Registro 21/03/1750, último Registro 11/12/1767. Manuscrito, Livro C-04 - estante 1. In: APMT, p. 98 a 114.

19 SILVA, João Bosco. *Vila Bela à época de Luis de Albuquerque (1777-1789)*. Cuiabá, MT, 2005, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso, p. 20 e ss.

20 LIVRO de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos. Governo de Antônio Rolim de Moura. *Op. cit.*, p. 20 e ss.

21 CÊ BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco: Estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.51.

reclamos de Rolim também se fizeram manifestos sobre a necessidade das negras forras, tanto que Rolim solicitou uma à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Deu-lhe ajuda de custo para a jornada e diz que mandou *fazer casa e forno a sua custa, a vista do que se resolveram outras a mudar-se para Vila*²².

Em se tratando da economia na vila e seus arredores, viu-se a produção de gêneros básicos para a alimentação dos moradores, tais como a farinha de mandioca, o feijão, o milho e o toucinho. Outros produtos vinham pelas monções do Norte, desde o Pará até o Mato Grosso, ou da monção do sul. As primeiras saíam do Grão-Pará e aportavam em Vila Bela, via caminho fluvial, Madeira-Mamoré-Guaporé. À Vila chegavam o sal, o vinho, o azeite, os instrumentos de trabalho, as manufaturas, os tecidos, os escravos e outros gêneros alimentícios. Nas tavernas da Vila eram vendidos: o arroz, o sal, o milho, as farinhas de milho e de mandioca, os instrumentos de trabalho, as manufaturas, a aguardente, as ferragens, o melado e o cacau. O chocolate também era ali produzido, com o açúcar de cana feito nas pequenas e médias propriedades que possuíam engenhos²³.

Para finalizar o texto, faz-se importante ressaltar que as vilas, no mais interior da colônia, não se apresentaram isoladas da conjuntura metropolitana. Nasceram sob a ótica da filosofia do planejamento das edificações urbanas do século XVIII, cujo uso racional do espaço deveria ser a postura política dos governantes, nas diferentes “margens” coloniais. Vila Bela é um exemplo desses espaços planejados. Nela, Rolim de Moura aplicou racionalidade e edificou, sobretudo, um espaço que representou um traçado da ordem e do controle na região mais distante de toda a América portuguesa.

A presença de Rolim Moura na memória de Mato Grosso

Observamos que em Mato Grosso, as recentes paisagens urbanas ainda preservam a memória dos idos da colônia, certamente muito necessitadas da valoração do poder público. Cidades que guardam em si

22 LIVRO de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos. Governo de Antônio Rolim de Moura. *Op. cit.*, 23 AMADO, Janaína e ANZAI, Leny Caselli. Anais de Vila Bela (1734-1789). Cuiabá, MT: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006 (Coleção documentos preciosos), p. 32.

essa memória colonial, em que a caça ao índio e a busca do ouro foram a mola propulsora do início do desenvolvimento.

Na busca por tal memória, nos encontramos certamente com o nome de Antônio Rolim de Moura. Ele representa a força da conquista portuguesa na fronteira oeste e foi um dos responsáveis pela construção da sede administrativa que salvaguardou a posse portuguesa do território, no período do iluminismo lusitano.

Rolim partiu de Mato Grosso em 15 de fevereiro de 1765, em direção a Bahia pela rota do Pará. Entregou o seu posto ao seu sobrinho e sucessor João Pedro da Câmara. Sofrendo de *surdez*, *vertigens*, *papadas*, *obstruções*, e ainda, *pobre e empenhado*, dirigiu-se a Bahia para mais uma aventura política, exercer a função de governador, uma obrigação vassálica do comando imperial de D. José I. Foi também segundo Vice-Rei do Brasil, exerceu o último cargo administrativo entre os anos de 1767 e 1769. Depois de permanecer no Brasil por mais de duas décadas, retorna a Portugal e lá falece em 8 de dezembro do ano de 1782²⁴.

Fontes

DECRETO de D. João V em que nomeia Antônio Rolim de Moura Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso. Lisboa, 26 de julho de 1748. Caixa 4, doc. n° 237-Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate.

INSTRUÇÕES dadas pela Rainha D. Mariana D'Áustria, mulher de D. João V, ao Governador da Nova Capitania de Mato Grosso Dom Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. In: Marcos Carneiro de Mendonça (org.). *A Amazônia na Era Pombalina, correspondência inédita do Governador General Francisco Xavier de Mendonça Furtado 1751-1759*. 2 v. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

LIVRO de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos. Governo de Antônio Rolim de Moura. 1° Registro 21/03/1750, último Registro 11/12/1767. Manuscrito, Livro C-04 - estante 1. In: APMT, p. 98 a 114.

PARECER do Conselho Ultramarino enviado por Rodrigo César de Meneses. Lisboa Ocidental, em 8 de janeiro de 1732. Micro-ficha 06, doc.80/AHU. NDIHR/UFMT.

24 MOURA, Carlos Francisco. *Op. cit.*, p. 26.

Referências

- AMADO, Janaína e ANZAI, Leny Caselli. *Anais de Vila Bela (1734-1789)*. Cuiabá, MT : Carlini & Caniato : EdUFMT, 2006 (Coleção documentos preciosos).
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa do Brasil: a administração pombalina*. 2ª ed. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público – FUNCEP/Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá : EdUFMT, 2004.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, INL, 1969.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LÚCIDIO, João Antônio Botelho. *A Vila Bela e a ocupação Portuguesa no Guaporé no século XVII*. Projeto Fronteira Ocidental. Arqueologia e História – Vila Bela da Santíssima Trindade. Relatório Final-História. Fase 2 – março de 2004. O Termo do Mato Grosso:Distrito do Cuiabá, Capitania de São Paulo e a Vila Bela da Santíssima Trindade e a conquista de terras no Vale do Guaporé. (Manuscrito), p.45
- MOURA, Carlos Francisco. *Dom Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; biografia*. Cuiabá, UFMT – Imprensa Universitária, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos – Série : Capitães - Gerais, v.1).
- ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana) em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- SANTOS, Antônio César de Almeida. *Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas: um estudo sobre a política urbanística pombalina*. Curitiba, 1999. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná.
- SILVA, João Bosco. *Vila Bela à época de Luís de Albuquerque (1777-1789)*. Cuiabá-MT, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso.
- SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores: política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso – século XVIII*. Cuiabá: EdUFMT, 1995.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

Recebido em novembro/2008.

Aprovado em novembro/2008.